

em destaque:

Dinheiro Comunitário não utilizado deve ser investido

O Parlamento Europeu deu o seu aval à transferência das dotações não utilizadas em 2014 para anos posteriores com vista a financiar programas no âmbito dos fundos estruturais, do Fundo de Coesão, do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração e do Fundo para a Segurança Interna. Devido à adoção tardia de vários programas, em 2014 não foram utilizados 21,1 mil milhões de euros.

O valor total é de 21,1 mil milhões de euros, o que corresponde a cerca de 15% do orçamento da UE para 2014.

O Deputado José Manuel Fernandes afirmou: "é importante, é urgente que os programas operacionais regionais, nomeadamente os programas operacionais regionais da política de coesão, onde está o FEDER, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, entrem todos eles em grande velocidade, em velocidade de cruzeiro. É fundamental que estes programas que referimos, mas também o programa e o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, e o Fundo para a Segurança Interna, que também estão aqui albergados, sejam convenientemente postos em marcha. Esta transferência, esta modificação, esta revisão do quadro financeiro plurianual vai permitir que 300 programas não sejam afectados pelos atrasos que já referi"

Ver pág. 6

Genocídio dos Ciganos

O Parlamento Europeu, numa Resolução aprovada pediu mais esforços para acabar com a **discriminação, crimes e discursos de ódio contra os ciganos** e para reconhecer 02 de agosto como o dia de efeméride do Holocausto Roma.

Ver pág.10

PNR UE-México

O **acordo entre a UE e o México** para transferir dados foi o objecto do debate no Parlamento Europeu com o Comissário Europeu para a Migração, os Assuntos Internos e a Cidadania, Dimitris Avramopoulos.

Ver pág. 9

Turquia deve normalizar relações com a Arménia

O Parlamento Europeu encorajou a Turquia a utilizar a comemoração do centésimo aniversário do genocídio arménio "**para se reconciliar com o seu passado, reconhecer o genocídio arménio e, assim, abrir caminho a uma verdadeira reconciliação entre os povos turco e arménio**"

Ver pág. 3

Índice

Parlamento Europeu respeita minuto de silêncio por mais de 400 migrantes desaparecidos no Mediterrâneo.....	3
Genocídio Arménio: Parlamento Europeu apela à Turquia que se reconcilie com o seu passado e que normalize relações com a Arménia.....	3
Quadro financeiro da UE: Parlamento Europeu dá luz verde à transferência de 21.1 mil milhões de euros não utilizados em 2014 para anos posteriores	6
O Parlamento Europeu discute o Acordo UE-México sobre PNR	8
Dia Europeu da recordação do genocídio Roma	10
Ordem do dia da Sessão.....	11

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa

Responsável: Fernando Vaz das Neves
Fontes:

Serviço de Imprensa do PE
Serviço de Imprensa do GEPSD
site www.carloscoelho.eu

Parlamento Europeu respeita minuto de silêncio por mais de 400 migrantes desaparecidos no Mediterrâneo

O Os eurodeputados fizeram um minuto de silêncio pelos cerca de 400 migrantes desaparecidos em mais um naufrágio no Mediterrâneo, ao largo da costa da Líbia, e pelas vítimas do ataque do Al Shabab numa universidade do Quênia. Na abertura da sessão plenária, o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, apelou também a mais esforços da comunidade internacional para ajudar os refugiados do campo de Yarmouk, na Síria.

A Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do Parlamento Europeu lançou os trabalhos para a elaboração de um relatório abrangente sobre migração e asilo (relatório de iniciativa estratégico sobre "*A situação no Mediterrâneo e a necessidade de uma abordagem holística da UE no que respeita à migração*"), que deverá ser votado na comissão parlamentar depois do verão e em plenário antes do final do ano.

Genocídio arménio: Parlamento Europeu apela à Turquia que se reconcilie com o seu passado e que normalize relações com a Arménia

O Parlamento Europeu encorajou a Turquia a utilizar a comemoração do centésimo aniversário do genocídio arménio "*para se reconciliar com o seu passado, reconhecer o genocídio arménio e, assim, abrir caminho a uma verdadeira reconciliação entre os povos turco e arménio*". O Parlamento Europeu "*louva a mensagem transmitida por Sua Santidade o Papa Francisco*" em 12 de abril e propõe a criação de um Dia Internacional da Memória dos Genocídios.

Numa resolução aprovada em plenário por larga maioria, os eurodeputados convidam a Arménia e a Turquia a "*seguirem os exemplos de reconciliação bem sucedida entre nações europeias*" e a adotarem uma agenda que coloque a cooperação entre os povos em primeiro plano.

O Parlamento Europeu exorta os dois países a procederem à normalização das suas relações, ratificando e aplicando, sem condições prévias, os protocolos relativos ao estabelecimento de relações diplomáticas, abrindo as fronteiras e empenhando-se ativamente na melhoria das suas relações, com particular incidência na cooperação transfronteiriça e na integração económica.

O PE congratula-se com as declarações do Presidente turco, Recep Tayyip Erdoğan, e do primeiro-ministro Ahmet Davutoğlu exprimindo as suas condolências e reconhecendo as

atrocidades perpetradas contra os arménios otomanos, que considera um passo na direção certa.

Os eurodeputados encorajam a Turquia *"a utilizar a comemoração do centésimo aniversário do genocídio arménio como uma importante oportunidade para continuar os seus esforços, incluindo a abertura dos arquivos, para se reconciliar com o seu passado, reconhecer o genocídio arménio e, assim, abrir caminho a uma verdadeira reconciliação entre os povos turco e arménio"*.

Na resolução hoje aprovada, o PE *"louva a mensagem transmitida por Sua Santidade o Papa Francisco que celebrou o centésimo aniversário do genocídio arménio em 12 de abril num espírito de paz e reconciliação"*.

Criação de um Dia Internacional da Memória dos Genocídios

Os eurodeputados propõem a criação de um Dia Internacional da Memória dos Genocídios para reafirmar o direito de todos os povos e de todas as nações do mundo à paz e à dignidade.

Património cultural arménio

A Turquia deve também respeitar e cumprir plenamente as obrigações que lhe incumbem no que respeita à proteção do património cultural e *"realizar de boa-fé um inventário integrado do património cultural arménio ou de outra origem destruído ou arruinado durante o século passado sob a sua jurisdição"*.

Com esta resolução, o PE presta homenagem, nas vésperas do centenário, à memória dos 1,5 milhões de arménios que perderam a vida sob o Império Otomano entre 1915 e 1917.

O dia do genocídio arménio é assinalado a 24 de abril.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Paulo Rangel (PPE) *"Sr. Presidente. Eu creio que este é um dia muito importante para o Parlamento Europeu, muito importante para a Arménia, muito importante para todos aqueles que denunciam e combatem em todo o mundo as práticas criminais contra povos, contra etnias, contra minorias étnicas ou minorias nacionais.*

O genocídio que foi cometido há 100 anos, em 1915/16/17 contra o povo arménio, é uma mancha grande na história dos povos europeus, na história dos povos asiáticos e deve ser aqui lembrado.

Isso em caso nenhum significa uma condenação da Turquia, e isso é o que a Turquia ela própria tem que perceber. Criticar uma prática de um governo, que foi o governo do Império Otomano nesse tempo, não significa condenar a República turca ou o povo turco, significa apenas dizer que estas práticas não se podem repetir e é a Turquia a primeira que devia fazer esta distinção, reconhecendo aquilo que se passou há 100 anos e, naturalmente, ao deplorar, mostrar que está totalmente fora desse conjunto de práticas. Para um português que está muito ligado à Arménia, Portugal, essencialmente pela ação de Calouste Gulbenkian, não podia deixar de termos hoje aqui uma palavra para o Parlamento".

José Inácio Faria (ALDE) *"Presidente. Caros colegas. Comemora-se este ano e neste mês, o 100.º aniversário do genocídio arménio, também conhecido como o holocausto arménio. Dizimou e levou à deportação forçada de mais de um milhão de arménios, entre 1915 e 1917, durante a fase final do Império Otomano.*

Este holocausto, levado a cabo pelos governo de jovens turcos, foi a primeira tentativa que existiu no século XX para exterminar todo um povo. Seguiu-se-lhe, como todos sabemos, outros holocaustos com propósitos bem claros, idênticos. O nazi e o estalinista e continuamos hoje, infelizmente, a testemunhar passivamente perseguições de índole política, religiosa e étnica.

Volvidos 100 anos sobre esta tragédia da humanidade, importa hoje não esquecer nem silenciar a brutalidade dos massacres e das deportações forçadas, cometidas em nome de políticas de ?? cultural, cujo único fito foi sempre o do extermínio do povo arménio.

A história persegue-nos e se não tivermos a coragem de enfrentar e admitir os erros dos nossos antepassados, jamais poderemos fechar um quadro negro, capítulo da nossa história comum e promover a tão necessária reconciliação. Como já alguém disse recentemente, não podemos silenciar o que vimos e ouvimos, e, por isso, o que hoje aqui pedidos não é a condenação pelo sucedido mas antes o reconhecimento puro dos factos.

Obrigado".

António Marinho e Pinto (ALDE) *"Esquecer o genocídio arménio e dos gregos do Mar Negro, é uma maneira de manter vivas as feridas desses trágicos episódios e, pior do que isso, é uma forma de prolongar as consequências desses crimes hediondos.*

Não está hoje em causa o julgamento dos seus autores muito menos qualquer acusação contra a Turquia atual e os seus dirigentes, nem sequer a pretensão deste país em aderir à União Europeia. O que está em causa simplesmente é um elementar gesto de justiça para com a memória de um milhão e meio de seres que foram deliberadamente exterminados no início do século XX.

O esquecimento deliberado de um crime é a pior ofensa que se pode fazer à memória das vítimas, por isso também a paz só será justa e verdadeira se assentar na verdade dos factos históricos".

Quadro financeiro da UE: Parlamento Europeu dá luz verde à transferência de 21,1 mil milhões de euros não utilizados em 2014 para anos posteriores

O Parlamento Europeu deu o seu aval à transferência das dotações não utilizadas em 2014 para anos posteriores com vista a financiar programas no âmbito dos fundos estruturais, do Fundo de Coesão, do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração e do Fundo para a Segurança Interna. Devido à adoção tardia de vários programas, em 2014 não foram utilizados 21,1 mil milhões de euros.

Para que 300 programas (47% do total) financiados pelos fundos europeus não percam as dotações do ano passado, é necessário rever o **quadro financeiro plurianual** 2014-2020 para possibilitar a transferência para exercícios posteriores, para além dos limites máximos de despesas correspondentes, das dotações de autorização não utilizadas em 2014.

Devido à adoção tardia de regulamentos e de programas relativos aos fundos europeus, não foram autorizados em 2014, nem transitaram para este ano, as seguintes dotações:

- 11,2 mil milhões de euros, a preços correntes, da dotação prevista para os fundos estruturais e para o Fundo de Coesão;
- 9,4 mil milhões de euros da dotação prevista para o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas; e
- 442 milhões de euros da dotação prevista para o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração e para o Fundo para a Segurança Interna.

O valor total é de 21,1 mil milhões de euros, o que corresponde a cerca de 15% do orçamento da UE para 2014.

Uma primeira tranche de 16,5 mil milhões de euros deverá ser transferida para 2015 (projeto de orçamento retificativo n.º 2/2015), uma segunda de 4,5 mil milhões de euros para 2016 e uma terceira de 100 milhões de euros para 2017.

Após a aprovação pelo Parlamento Europeu (591 votos a favor, 24 contra e 28 abstenções), o regulamento que revê o quadro financeiro plurianual terá ainda de ser aprovado formalmente, por unanimidade, pelo Conselho de Ministros da UE, o que está previsto acontecer no dia 21 de abril.

Intervenção de eurodeputados portugueses

José Manuel Fernandes (PPE) "*relator suplente* . – *Senhor Presidente, queria saudar a Senhora Comissária, queria cumprimentar todas as colegas e todos os colegas. Efetivamente, estamos perante uma proposta iminentemente técnica. A prova é que ela teve unanimidade nas comissões e, nomeadamente, unanimidade na Comissão dos Orçamentos,*

mas é uma proposta em relação à qual também podemos fazer considerações políticas e tirar ilações para o futuro.

O atraso no quadro financeiro plurianual levou ao atraso dos programas operacionais e, nomeadamente, dos programas operacionais da política de coesão. Não admira que seja o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, onde está a política de coesão mas onde também está o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, o mais atingido e neste a política de coesão é aquela que tem maior expressão.

É importante, é urgente que os programas operacionais regionais, nomeadamente os programas operacionais regionais da política de coesão, onde está o FEDER, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, entrem todos eles em grande velocidade, em velocidade de cruzeiro.

Relembro que na União Europeia temos 272 regiões, mas uma em cada quatro destas regiões está abaixo dos 75% do PIB per capita, sendo 100 a média da União Europeia, ou seja, uma em cada quatro regiões tem a designação de região menos desenvolvida. E estes fundos da política de coesão são essenciais para combater as assimetrias mas também são importantes, e hoje têm uma nova forma de atuação e têm um novo enquadramento, para haver até sinergias com os fundos que estão naquilo que se denomina o Quadro Estratégico Comum. Também eles contribuem para o emprego, também eles contribuem para o crescimento. Contribuem, nomeadamente, para a prioridade do crescimento inteligente.

Hoje, política de coesão é também investigação. Hoje, política de coesão é também inovação numa série de Estados-Membros e daí a importância de não podermos perder recursos que têm valor acrescentado para toda a União Europeia.

Estamos aqui a falar numa transferência que não é de pagamentos sequer. Estamos aqui a falar de uma transferência que são dotações de autorização: 21,1 mil milhões de euros que não foram utilizados e que vão ser sobretudo utilizados em 2015, mas também em 2016 e 2017.

É fundamental que estes programas que referimos, mas também o programa e o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, e o Fundo para a Segurança Interna, que também estão aqui albergados, sejam convenientemente postos em marcha.

Esta transferência, esta modificação, esta revisão do quadro financeiro plurianual vai permitir que 300 programas não sejam afetados pelos atrasos que já referi.

É ainda importante sublinhar que o quadro financeiro plurianual precisa de flexibilidade, precisa de uma revisão que tenha em conta a necessidade do crescimento, a necessidade do emprego, e precisa também de uma flexibilidade para programas novos, para programas, como é o caso do Plano Juncker, que possam vir a ter, na revisão do quadro financeiro plurianual, um olhar, nomeadamente para possíveis linhas que venham a ser utilizadas para o financiamento deste Plano Juncker.

Aquilo que eu peço é que este quadro financeiro plurianual, esta revisão do quadro financeiro plurianual tenha a mesma votação que teve nas comissões, ou seja, que haja uma unanimidade que também nessas comissões existiu.

A União Europeia precisa, os cidadãos europeus agradecem".

Carlos Zorrinho (S&D) *"Senhor Presidente, Senhora Comissária, a presente proposta visa transferir para 2015 verbas que, devido à adoção tardia dos regulamentos, não puderam ser utilizadas até ao final de 2014.*

Trata-se de uma proposta positiva que deve ser aprovada, tanto mais que é acompanhada de uma declaração de vontade da Comissão Europeia no sentido de cooperar ativamente

com as autoridades nacionais e regionais para a execução destas verbas em áreas que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para o combate às assimetrias.

A solução encontrada para este caso, no entanto, não nos permite descansar em relação ao "pecado original" que parece ter contaminado este quadro plurianual. Num momento de estagnação, Sra. Comissária, num momento de estagnação económica, em que muitos países beneficiários dos programas de coesão precisam fortemente de investimento, é inaceitável que um quadro regulamentar burocrático e sem flexibilidade interna mitigue os efeitos positivos que poderiam ser esperados desses investimentos.

Em Portugal, passados 16 meses sobre a entrada em vigor do presente quadro, só agora começam a ser abertos os primeiros concursos e nem um euro chegou ainda à economia, ao sistema científico e tecnológico ou às instituições de capacitação.

Espero que a alteração hoje proposta seja aprovada, que isso permita que os recursos que temos sejam melhor aplicados, não sejam desperdiçados com as ineficiências da máquina".

Miguel Viegas (CEUE/EVN) *"Senhor Presidente, acolhemos favoravelmente este mecanismo de flexibilidade que permite reafetar os fundos não utilizados em 2014 para os próximos anos.*

Esta situação já era previsível, tendo em conta a morosidade dos processos de candidatura no novo quadro comunitário. Ao nível da Política Agrícola Comum e, designadamente, ao nível das candidaturas ao pagamento único, existem atrasos significativos que deverão merecer, da parte da Comissão, medidas de flexibilização dos prazos.

Não podemos deixar de aproveitar este debate para, mais uma vez, sublinhar que este plano plurianual está em contradição com a propaganda que clama uma Europa de coesão social, mas que depois não lhe dá os meios para corrigir as assimetrias, mais a mais num período onde a própria União Europeia constrange os Estados nacionais a usar políticas expansionistas.

Não compreendemos também que, neste quadro, as receitas extraordinárias que decorrem dos meios próprios de financiamento não sejam utilizadas para tentar diminuir este défice que se mantém, como uma mancha que afeta a credibilidade da União Europeia, e que impõe aos Estados nacionais aquilo que não é capaz de fazer na sua própria casa".

O Parlamento Europeu discute o Acordo UE-México sobre PNR

O acordo entre a UE e o México para transferir dados PNR (Passenger Name Record, na sigla em inglês) foi o objecto do debate no Parlamento Europeu com o Comissário Europeu para a Migração, os Assuntos Internos e a Cidadania, Dimitris Avramopoulos. Os deputados querem conhecer as medidas que a Comissão Europeia pondera sobre a transferência de dados PNR para países terceiros.

Para abrir negociações sobre o acordo PNR entre a UE e o México, a Comissão tem de obter um mandato de negociação do Conselho de Ministros da UE. Após a conclusão das negociações, o acordo pode entrar em vigor apenas com o consentimento do Parlamento Europeu.

As autoridades mexicanas ameaçam cobrar 30.000 dólares (€ 27.272) por voo de aviões europeus que aterrem ou partam de aeroportos mexicanos, a partir do próximo 01 de julho, se as companhias aéreas da UE não fornecerem os dados PNR. Os eurodeputados querem

saber como o problema está a ser considerado e quais são as consequências para as companhias aéreas e para a protecção dos dados pessoais dos cidadãos da UE. O México aprovou legislação sobre o PNR em 2012.

Acordos PNR com outros países terceiros.

Existem acordos de transferência de dados entre a UE e os EUA, Canadá e Austrália. O Parlamento Europeu deu o seu "consentimento" para estes acordos (pode aprovar ou rejeitar, mas não modificar).

UE-EUA: O acordo entrou em vigor em 1 de Julho de 2012, que substitui um anterior, adoptado em 2007. O Parlamento Europeu deu o seu consentimento em Abril de 2012.

UE-Austrália: O Parlamento Europeu deu o seu consentimento em outubro de 2011.

UE-Canadá: O Parlamento enviou o acordo ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJCE) em Novembro de 2014 para um parecer sobre se ele respeita os Tratados da UE e a Carta dos Direitos Fundamentais. A aprovação final pelo Parlamento Europeu terá de ser adiada até que o Tribunal de Justiça emita o seu parecer. Um acordo PNR anterior em 2006 entre a UE e o Canadá permanece em vigor até que um novo o substitua. Assim, o atraso causado por solicitar o parecer do Tribunal não dá origem a qualquer quebra de segurança.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE) " *Diversos países do mundo dispõem, ou estão a desenvolver, PNR. Infelizmente, a União e os seus Estados-Membros deixaram que um processo desta importância atingisse uma situação limite. Mas que fique claro: não por culpa deste Parlamento. Compete-nos zelar pelos Direitos dos cidadãos europeus, seja a segurança, seja a privacidade.*

Vejo, por isso, com agrado o compromisso alcançado pelo Comissário Avramopoulos com as autoridades mexicanas, mas agora é tempo de agir. A Comissão deve obter rapidamente um mandato para negociar o Acordo.

É urgente evitar que as companhias aéreas europeias sejam sancionadas, mas não é menos urgente evitar acordos bilaterais entre Estados-Membros e o México. Seria um precedente perigoso para futuros acordos.

Uma abordagem horizontal para os acordos PNR, como já defendeu a Comissão, é também imperativa. Os dados pessoais dos nossos cidadãos devem beneficiar de um elevado nível de protecção em qualquer parte do mundo e temos de evitar situações de incerteza e vazio jurídico que coloquem em causa a economia e milhares de trabalhadores.

Reitero o meu ceticismo perante os sistemas PNR mas, havendo países que os querem impor, é obrigação da União garantir que os níveis de protecção de que beneficiam os seus cidadãos sejam a referência universal".

Os eurodeputados apelam pelo fim da discriminação e do reconhecimento do Dia Europeu da recordação do genocídio Roma

O Parlamento Europeu, numa Resolução aprovada pediu mais esforços para acabar com a discriminação, crimes e discursos de ódio contra os ciganos e para reconhecer 02 de agosto como o dia de efeméride do Holocausto Roma, assinalando o genocídio Roma durante a Segunda Guerra Mundial.

Na resolução, os eurodeputados expressam a sua "*profunda preocupação com o aumento da hostilidade contra os ciganos, que se manifesta, entre outras formas, pelo discurso hostil ao povo Roma e por ataques violentos em diversos países europeus.*"

Os ataques aos ciganos são "*incompatíveis com as normas e os valores da União Europeia*" e "*um grande obstáculo para o sucesso da integração social dos ciganos*", insistem os eurodeputados. Eles convidam os Estados-Membros a implementar eficazmente a Directiva da Igualdade Racial (2000/43 / CE), a fim de "*prevenir e eliminar a discriminação contra os ciganos, designadamente no emprego, na educação e no acesso à habitação*".

O Parlamento reconhece o fato histórico do genocídio dos Roma durante a Segunda Guerra Mundial e de outras formas de perseguição, como deportações e detenções, e insta os Estados-Membros a fazerem o mesmo. Segundo estimativas, mais de 500.000 ciganos foram exterminados pelos nazis e os seus aliados durante a Segunda Guerra Mundial e, em alguns países, mais de 80% da população Roma foi exterminada.

Na noite de 02 para 03 agosto de 1944, 2.897 Roma, na sua maioria mulheres, crianças e idosos, foram massacrados no acampamento cigano em Auschwitz-Birkenau. Para assinalar a atrocidade, 2 de agosto deve ser proclamado "*Dia Europeu da efeméride do genocídio dos Roma*" e dedicado à recordação de todas as vítimas deste genocídio, dizem os deputados.

Os Roma constituem a maior minoria étnica na Europa. Estima-se que sejam entre 10 a 12 milhões na Europa, dos quais cerca de seis milhões na UE. O Dia Internacional dos Ciganos, foi celebrado em 8 de abril.

A resolução foi aprovada por 554 votos a 13 contra e 44 abstenções.

Ordem do dia 15 Abril de 2015

Quarta-Feira, 25 de Março

15:00 - 18:30

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Conclusões da reunião do Conselho Europeu (19 e 20 de 2015) - Declarações do Conselho Europeu e da Comissão

Discussão conjunta - Política fiscal

Decisão aprovada relativa à Política de Transparência Fiscal - Declaração da Comissão

Relatório Anual sobre a Fiscalidade - Relatório: Eva Kaili (A8-0040/2015)

Assistência macrofinanceira à Ucrânia - Relatório: Gabrielius Landsbergis (A8-0056/2015)

18:30 - 19:00 VOTAÇÃO

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (candidatura EGF/2014/018 GR/Attica Broadcasting) - Relatório: Georgios Kyrtos (A8-0050/2015)

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (candidatura EGF/2014/015 - GR/Attica Publishing activities) - Relatório: Lefteris Christoforou (A8-0051/2015)

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de António Marinho e Pinto - Relatório: Kostas Chrysogonos (A8-0062/2015)

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Ivan Jakov ic - Relatório: Tadeusz Zwiefka (A8-0059/2015)

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (candidatura EGF/2014/016 IE/Lufthansa Technik) - Relatório: Victor Negrescu (A8-0052/2015)

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Viktor Uspaskich - Relatório: Evelyn Regner (A8-0061/2015)

Pedido de defesa dos privilégios e imunidades de Gabriele Albertini - Relatório: Andrzej Duda (A8-0058/2015)

Assistência macrofinanceira à Ucrânia - Relatório: Gabrielius Landsbergis (A8-0056/2015)

Relatório Anual sobre a Fiscalidade - Relatório: Eva Kaili (A8-0040/2015).

19:00 - 23:00

Os recentes ataques terroristas na Tunísia - Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Discussão conjunta - Taxas mínimas de remuneração aplicáveis ao setor dos transportes 3

Condições de emprego, incluindo taxas mínimas de remuneração aplicáveis ao setor dos transportes - Pergunta oral (O-000019/2015 - B8-0106/2015)

Conformidade das disposições alemãs com a legislação europeia sobre o salário mínimo no setor dos transportes - Declaração da Comissão

Dia Internacional dos Roma - hostilidade contra os ciganos na Europa e reconhecimento, pela UE, do dia em memória do genocídio dos Roma durante a Segunda Guerra Mundial - Declarações do Conselho e da Comissão

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)